

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
CTCOB
ATA DA 45ª REUNIÃO

Data: 08 de novembro de 2006, das 13h30 às 18h00; e 09 de novembro de 2006, das 09h15 às 16h30.

Local: Sala SEBRAE IV, do Centro Integrado dos Empresários das Indústrias do Estado do Paraná - CIETEP, situado na Avenida Comendador Franco, nº 1.341, em Curitiba-PR.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho (rodrigo.carvalho@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Patrick Thadeu Thomas (patrick@ana.gov.br);
- Ministério da Agricultura: Eduardo A. Cadavid (educa@sede.embrapa.br);
- Ministério das Cidades: Soraia F. Amaral (soraia.amaral@cidades.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos RJ/SP: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos ES/MG: Gizella Carneiro Igreja (gigreja@iemma.es.gov.br);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos PR/MT: Enéas S. Machado (eneasmachado@suderhsa.pr.gov.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luiz Fernando de Arruda Gonçalves (luiz.goncalves@copel.com);
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Elizabeth Costa de Oliveira (liza.rj@terra.com.br);
- Setor Irrigantes: Lincoln Corrêa Curado (lincolncurado@terra.com.br);
- Setor Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br);
- Comitês de Bacias Hidrográficas: Carlos Eduardo do Nascimento Alencastro (comitepardo@serhs.sp.gov.br);
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos Castro Lahoz (francisco@agua.org.br);
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo Santos Pereira (jaildo@yahoo.com);

CONVIDADOS:

- SUDERHSA: Mauro Batistelli (maurobatistelli@suderhsa.pr.gov.br);
- SUDERHSA: Wagner Luiz Kreling (wagnerkreling@suderhsa.pr.gov.br);
- SUDERHSA: Olga R. R. Polatti (olgapolatti@suderhsa.pr.gov.br);
- SUDERHSA: Darcy Deitos (darcydeitos@pr.gov.br);
- SANEPAR: Leane Chamma Barbar Przybysz (dma@sanepar.com.br);
- SANEPAR: Erivelto L. Silveira (eriveltols@sanepar.com.br);
- SANEPAR: Márcia Regina Chella (marciarc@sanepar.com.br);
- SANEPAR: Evandro Marcos Dalmolin (evandromd@sanepar.com.br);
- ADASA-DF: Urbano Medeiros Fernandes (umfernandes@terra.com.br);
- SERLA-RJ: Ícaro Moreno Junior (icaromoreno@terra.com.br);
- COPEL: Martha R. V. B. Sugai (martha.sugai@copel.com);
- LACTEC: Ingrid Illich Muller (ingrid@lactec.org.br);
- CEIVAP/AGEVAP: Maria Aparecida B. P. Vargas (vargasma@terra.com.br);
- SEAP-PR: Marcelo Barbosa Sampaio (marcelo@seap.gov.br);

RELATORIA:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).

Às 13h30 do dia 08 de novembro de 2006, o Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB, deu início à 45ª Reunião da referida Câmara do

55 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 - Abertura:** O Sr. Rodrigo Speziali
56 saudou os presentes e agradeceu a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e
57 Saneamento Ambiental do Estado do Paraná - Suderhsa pelo convite para realização da reunião na
58 cidade de Curitiba-PR. Apontou que o papel da CTCOB é de suporte técnico às decisões do CNRH,
59 especificamente na regulamentação de marcos legais e institucionais que promovam a segurança
60 jurídica na implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no país. Passou a palavra ao
61 Sr. Darcy Deitos, Diretor-Presidente da Suderhsa, que, em nome da Secretaria de Estado do Meio
62 Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná - SEMA e da Suderhsa, desejou boas vindas
63 aos presentes. Seguiu analisando que a melhoria da quantidade e da qualidade dos cursos d'água
64 dependem da cobrança, pois é esse instrumento da política de recursos hídricos que viabiliza a
65 implementação das ações de recuperação de um rio. Apontou que o Paraná trabalha nessa direção e
66 que no próximo ano, com a conclusão dos planos de bacia, deverá ser iniciado a cobrança pelo uso
67 dos recursos hídricos em três bacias hidrográficas de rios de domínio do Estado: a do Alto Iguaçu e
68 afluentes do Alto Ribeira, a do Tibagi, e a do Rio Jordão (Médio Iguaçu). Informou que a cobrança
69 pelo direito de uso de recursos hídricos no Estado está regulamentada pelo Decreto Estadual
70 5.361/02 que estabelece as diretrizes e os critérios gerais da cobrança. Informou também que todo
71 sistema de meio ambiente do Paraná (Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Suderhsa e Instituto de
72 Terras, Cartografias e Geociências - ITCG) adota a bacia hidrográfica como unidade de
73 planejamento. Por fim, desejou a todos uma boa reunião. Em seguida, o Sr. Enéas Machado realizou
74 uma apresentação onde mostrou os aspectos específicos e o andamento da cobrança pelo direito de
75 uso dos recursos hídricos no Estado do Paraná (Anexo I). Citou que a Lei que instituiu a Política
76 Estadual de Recursos Hídricos no Paraná (Lei nº 12.726/99) segue as linhas gerais da Lei nº
77 9.433/97, mas considera particularidades do Estado, entre elas, que o valor inerente à cobrança
78 classificar-se-á como receita patrimonial, a explicitação de que as intervenções de macrodrenagem
79 estão sujeitas a outorga, a isenção da cobrança sobre o setor agropecuário, e a criação do Fundo
80 Estadual de Recursos Hídricos - FRHI para onde serão destinados as receitas originárias da
81 cobrança. A Lei Estadual nº 12.726/99 é regulamentada pelo Decreto Estadual 5.361/02, que
82 estabeleceu competência à Suderhsa para efetuar a cobrança. Este decreto já apresenta fórmulas
83 gerais de cobrança para derivações ou captação de água, para extração de água de aquífero
84 subterrâneo e para lançamentos, as quais insidem coeficientes regionais e sazonais. O decreto
85 apresenta também a sistemática de decisão e de fixação dos valores da cobrança, que dependerão da
86 homologação, por decreto, do Governador do Estado. Por sua vez, o FRHI é regulamentado pelo
87 Decreto Estadual 4.647/01, o qual explicita que os recursos da cobrança não podem ser
88 contingenciados. O Sr. Enéas Machado informou que no Estado já foram concedidas
89 aproximadamente 16.300 outorgas para captação de água e que as outorgas de lançamento de
90 efluente começarão a ser emitidas ainda neste mês de novembro de 2006. A outorga de lançamento
91 levará em consideração a vazão lançada de efluente e a vazão necessária para a sua diluição. Quanto
92 aos recursos da compensação financeira e aos *royalties* de Itaipu, o Sr. Enéas Machado informou
93 que, em função de um adiantamento da União para capitalização do Fundo de Previdência do
94 Estado, esses recursos, da ordem de R\$ 80 milhões/ano, estão indisponíveis até o ano 2020. Antes
95 desse adiantamento, o destino desses recursos era o Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE. O
96 Estado do Paraná tentará negociar com a União para que a compensação financeira referente as
97 novas usinas seja destinada ao FRHI. O Sr. Enéas Machado informou também que o CERH-PR já
98 tem uma minuta de resolução com as regras gerais de cobrança, a qual será discutida ainda este ano.
99 Com relação aos condicionantes da cobrança definidos na Resolução CNRH nº 48, o Sr. Enéas
100 Machado disse que o Paraná já considera vencidas a definição de usos insignificantes, a
101 regularização dos usos e a implantação da agência de bacia. Os planos estão sendo elaborados e
102 espera-se que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Alto Iguaçu e
103 afluentes do Alto Ribeira, do Tibagi, e do Rio Jordão seja iniciada ainda no ano de 2007.
104 Questionado quanto a cobrança sobre os usos não consuntivos, o Sr. Enéas Machado esclareceu
105 que, em função da navegação ser incipiente no Paraná, e da aquicultura não ser um grande usuário,
106 não há priorização na discussão desta cobrança no Estado. Os Srs. Jaido Pereira e Lincoln Curado
107 informaram que a legislação de recursos hídricos do Estado do Mato Grosso do Sul também isenta
108 o setor agropecuário da cobrança, e que o Estado também antecipou os recursos da compensação

109 financeira do setor elétrico para o fundo de previdência do Estado. O Sr. Darcy Deitos disse que
110 acha difícil a reversão da isenção da cobrança sobre o setor agropecuário no curto prazo, uma vez
111 que o Estado do Paraná tem uma economia essencialmente agrícola e que o setor ruralista tem
112 grande força na Assembléia Legislativa. O Presidente da CTCOB mostrou sua satisfação frente a
113 descentralização, comprometimento e avanços na gestão dos recursos hídricos pelos Estados da
114 Federação, os quais estão considerando as características regionais. Seguiu-se ao **Item 2 - Informes**
115 *e aprovação da Ata: 44ª reunião da CTCOB*: a ata foi aprovada com alterações. A reunião
116 prosseguiu ao **Item 3 - Estabelecimento de Plano de Trabalho da CTCOB 2007**: O Sr. Rodrigo
117 Speziali lembrou os presentes do encaminhamento da última reunião a respeito da elaboração de
118 uma agenda de trabalho para as ações da CTCOB no próximo período, e que nesse sentido, a
119 Secretaria Executiva solicitou que seus representantes encaminhassem sugestões de temas a serem
120 incorporados ao Plano de Trabalho da CTCOB 2007. Entretanto, antes de passar as sugestões
121 encaminhadas pelos representantes, o Sr. Rodrigo Speziali lembrou os oito grupos de trabalho já
122 encerrados pela CTCOB: GT1E: prioridades para aplicação de recursos; GT2E: cartilha de
123 cobrança/terminologia; GT3E: termos de referência para elaboração do relatório marco-zero; GT4E:
124 nota técnica de integração dos instrumentos de gestão; GT5E: indicadores de acompanhamento
125 implantação da cobrança; GT6E: cobrança das hidrelétricas, compensação financeira, versus
126 cobrança pelo uso da água; GT7E: procedimentos fluxos critérios e metodologias de cobrança;
127 GT8E: fundos de recursos hídricos. O Sr. Eduardo Cadavid considerou importante reativar três
128 GT's: GT2E, para consolidar documento com os conceitos, fundamentos e terminologias da
129 cobrança; GT3E, para concluir o termo de referência com diretrizes que orientem planos diretores
130 de instrumentos de cobrança e contratações de obras, apresentando critérios legais para elaboração
131 de relatórios técnicos e programas de capacitação; e GT7E, para concluir documento que apresente
132 as diretrizes de um diagnóstico do setor de recursos hídricos com fundamentos e critérios de
133 cobrança pelo uso de recursos hídricos colocando em evidência aspectos metodológicos incluindo
134 indicadores para operacionalização da cobrança. Posteriormente, o Sr. Rodrigo Speziali resgatou os
135 grupos de trabalho em atividade na CTCOB: GT1A: grupo técnico para acompanhamento da
136 aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos - GTAAC; GT2A:
137 acompanhamento da implementação da cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul; GT3A: cobrança
138 pelo uso da água frente as especificidades regionais; e GT4A: convergência da cobrança pelos
139 recursos hídricos nos estados. Para o GTAAC, em função da sua criação ter sido solicitada pela
140 Plenária do CNRH, determinou-se a sua continuidade. Para o GT2A, o Sr. Francisco Lahoz propôs
141 que as agências de bacia informassem continuamente o estágio da cobrança à CTCOB, não sendo a
142 temática tratada em âmbito de GT. Quanto ao GT3A, o Sr. Rodrigo Speziali informou que o mesmo
143 não se efetivou e sugeriu o seu cancelamento. Por sua vez, informou que o GT4A não está operando
144 e que ele não poderia continuar na sua coordenação. Dado a explicação de que o objetivo do GT4A
145 era buscar um arranjo institucional para ordenar a implementação da cobrança em bacias
146 hidrográficas com diferentes dominialidades das águas (União e Estados) e também a
147 sustentabilidade da gestão dos diferentes órgãos envolvidos, os representantes da Câmara
148 manifestaram a importância de tratar esse tema no âmbito da CTCOB. Após a descrição dos GT's, o
149 Sr. Rodrigo Speziali solicitou que o Sr. Eliseu Ayabe, o Sr. Francisco Lahoz, a Sra. Elizabeth
150 Oliveira, o Sr. Patrick Thomas e ele próprio fizessem uma rápida explanação dos temas que os
151 mesmos sugeriram para o Plano de Trabalho da CTCOB 2007. Todos os temas sugeridos foram
152 inseridos em uma planilha eletrônica para consolidação do Plano de Trabalho. Às 15h30, a reunião
153 foi interrompida para *coffe-break* sendo retomada às 16h10. No retorno, foi encaminhado que, com
154 excessão do GTAAC, todos os GT's seriam, de momento, extintos. Desta forma, os temas que eram
155 tratados pelo GT2E, GT3E, GT7E, GT2A e GT4A foram incluídos na planilha eletrônica para
156 consolidação do Plano de Trabalho. Com esta decisão, buscou-se agregar os temas semelhantes,
157 resultando na planilha do Plano de Trabalho da CTCOB 2007 (Anexo II). Durante os debates sobre
158 a necessidade ou não da CTCOB discutir a segurança jurídica e/ou o reforço às garantias do retorno
159 da cobrança, o Sr. Patrick Thomas esclareceu que a Lei nº 10.881/04 faz referência ao §2º do art. 9º
160 da Lei Complementar nº 101/00, sinalizando que os recursos da fonte 116 não são contingenciáveis,
161 e que isto, juntamente com os contratos de gestão celebrados entre a Agência Nacional de Águas -
162 ANA e as entidades delegatárias, garantem o retorno da totalidade dos recursos da cobrança à bacia

163 hidrográfica onde eles foram arrecadados. Assim, exceto se houver revogação da Lei nº 10.881/04
164 e/ou descumprimento do contrato de gestão, já há a garantia legal de retorno da cobrança.
165 Entretanto, conforme dito pelo Presidente da CTCOB, o setor usuário ainda não tem essa mesma
166 percepção, tanto que adota um multiplicador ($K_{gestão}$) nas suas fórmulas de cobrança, o qual assume
167 zero se houver contingenciamento de recursos da fonte 116. Ainda assim, o Sr. Patrick Thomas
168 manifestou que a CTCOB deveria concentrar esforços no descontingenciamento da fonte 134, e não
169 se desgastar em assunto onde as garantias possíveis já estão dadas. Foi encaminhado que a planilha
170 do Plano de Trabalho da CTCOB 2007 (Anexo II) seria enviada aos representantes da CTCOB para
171 que os mesmos indicassem quatro atividades/temas para cada grau de prioridade nela estabelecido.
172 Na próxima reunião, a Secretaria Executiva da CTCOB apresentará proposta de calendário das
173 reuniões da Câmara para o ano 2007. O primeiro dia de reunião foi encerrado às 18h00. Às 09h15,
174 do dia 09 de novembro de 2006, após a distribuição aos presentes de cópias da Lei nº 12.726/99 e o
175 Decreto nº 5.361/02, ambos do Estado do Paraná, assim como do Relatório de Atividades 2006 da
176 Agência de Águas PCJ, foi dado continuidade a pauta da 45ª reunião da CTCOB. **Item 4 - Análise**
177 *das deliberações CEIVAP nº 65/2006 e nº 70/2006, que estabelecem mecanismos e propõem*
178 *valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do*
179 *Sul, a partir de 2007.* O Presidente Rodrigo Speziali solicitou ao Sr. Patrick Thomas que
180 apresentasse as Notas Técnicas da ANA (nºs 57/06 e 61/06 da SAG/ANA) que foram elaboradas
181 para subsidiar o CNRH nas análises das duas deliberações encaminhadas pelo CEIVAP: i) a de nº
182 65/06, que estabelece mecanismos e propõe valores para cobrança pelo uso de recursos hídricos na
183 bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a partir de 2007; e ii) a de nº 70/06, que estabelece
184 mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio
185 Paraíba do Sul. O Sr. Patrick Thomas lembrou que a bacia do Rio Paraíba do Sul foi a primeira a
186 implementar a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União, em março de
187 2003, e que a revisão dos mecanismos e valores de cobrança pelo CEIVAP é uma exigência do
188 CNRH, conforme a Resolução CNRH nº 60. Para isto, em julho de 2006, foi promovido a “Oficina
189 de Trabalho para Discussão da Metodologia de Cobrança pelo Uso da Água na Bacia Hidrográfica
190 do Rio Paraíba do Sul”, cujo relatório foi entre e será disponibilizado no *site* da CTCOB. Passou
191 então a sua apresentação (Anexo III) onde, primeiramente, abordou as características da bacia do
192 Rio Paraíba do Sul (localização, área, população, usos e demandas, entre outros). Informou que o
193 balanço hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul é positivo, com captação atual de 85m³/s inferior a
194 disponibilidade hídrica da bacia, de 312m³/s, e que o maior problema da bacia é a qualidade da
195 água, principalmente dos afluentes. Após a caracterização da bacia, passou a abordar os novos
196 mecanismos e valores de cobrança deliberados pelo CEIVAP (Deliberação nº 65/06).
197 MECANISMOS: na parcela de cobrança sobre a CAPTAÇÃO, foi incluído um coeficiente
198 ($K_{capclasse}$), que diferencia o pagamento em função da qualidade da água no ponto de captação, de
199 acordo com as classes de enquadramento dos rios (maior qualidade, maior pagamento). Para os
200 usuários com equipamento de medição de vazão, criou-se um mecanismo em que a diferença entre a
201 vazão outorgada e a vazão medida será cobrada com um redutor equivalente a um quinto do valor
202 que será cobrado da vazão medida. A diferença aceitável é de 30%, e sendo essa maior, o usuário é
203 penalizado gradativamente. Este mecanismo, além de estabelecer o pagamento pelo uso de água
204 efetivo, dá sinalização ao usuário de que a vazão não utilizada tem valor econômico, e que embora
205 com redutor, também será cobrada. Para o uso para mineração, os mecanismos foram mantidos,
206 entretanto, será iniciado a cobrança sobre a extração de outros minerais, além da areia. Já na parcela
207 de cobrança sobre o CONSUMO, não houve mudanças, sendo apenas explicitado na equação a
208 proporção do consumo do usuário sobre águas de domínio federal em relação ao consumo total
209 desse mesmo usuário. Como o irrigante não tem lançamento pontual e sim difuso, para cálculo da
210 sua vazão de consumo, será adotado, por tipo de cultura e/ou tecnologia de irrigação, um
211 multiplicador de consumo. De início, o multiplicador será de 0,5, ou seja, o irrigante consome
212 metade do que capta, exceto para a cultura de arroz, cujo multiplicador será 0,04, ou seja, consumo
213 de 4%, baseado em estudo técnico encabeçado pelo Sr. Marco Martinelli (Capes). Espera-se que
214 estes multiplicadores sejam aprimorados no futuro. A Sra. Marta Sugai chamou a atenção para, a
215 gestão de recursos hídricos, homogeneizar a definição desses multiplicadores nos cálculos das
216 vazões naturais e das vazões de consumo para a cobrança. Questionou qual a base legal para

217 realizar a cobrança sobre o consumo, pois, no entendimento dela, cobra-se os usos sujeitos a
218 outorga, citando a captação, o lançamento e o aproveitamento hidrelétrico. Foi esclarecido que o
219 consumo se enquadra nos usos que “alteram o regime, a quantidade ou a qualidade da água
220 existente em um corpo de água”. O Sr. Enéas Machado informou que no Estado do Paraná se
221 discute se a companhia de saneamento é um usuário consuntivo, uma vez que o consumo é do
222 usuário final, e se a cobrança sobre o consumo se aplicaria a ela. Questionou se na bacia do Rio
223 Paraíba do Sul houve essa discussão. O Sr. Patrick Thomas esclareceu que quem tem outorga e
224 capta água bruta é a companhia de saneamento, e assim, a cobrança recai sobre ela. Seguindo a sua
225 apresentação, o Sr. Patrick Thomas apontou que na parcela de cobrança sobre o LANÇAMENTO
226 foi onde houveram as maiores mudanças metodológicas. Explicou que, pela metodologia em vigor,
227 cobra-se sobre a vazão lançada, e assim, usuários que lançam a mesma vazão (100 l/s) mas com
228 cargas de poluentes diferentes (um com 1.000Kg de DBO outro com 1Kg de DBO) pagam o mesmo
229 valor. Ocorre diferenciação do pagamento somente se há tratamento do efluente com níveis de
230 eficiência diferentes, situações em que aplica-se um redutor. No novo mecanismo proposto, ao
231 invés de realizar o cálculo da cobrança sobre a vazão de lançamento, passaria-se a considerar a
232 carga de DBO lançada no corpo d'água. Embora, em regra geral, a metodologia não considere a
233 diferença entre a carga de BDO lançada e a carga de BDO captada, a deliberação do CEIVAP
234 analisa diferença para casos específicos, como o uso para resfriamento que não agrega carga de
235 DBO ao corpo d'água. Respondendo a Sr. Marta Sugai, o Sr. Patrick Thomas disse que não houve
236 acordo para incluir o $K_{capelasse}$ ao mecanismo de cobrança sobre o lançamento. Em revisões futuras,
237 citou que poderá haver aprimoramentos, como considerar outros parâmetros de qualidade de água
238 além da DBO, a vazão necessária para diluição da carga lançada, a classe do corpo d'água.
239 Cobrança sobre a TRANSPOSIÇÃO: os mecanismos e valores de cobrança da transposição das
240 águas para a bacia do Rio Guandu são os apresentados na Deliberação CEIVAP nº 52/05, ainda
241 pendente de aprovação pela plenária do CNRH. Cobrança PEQUENAS CENTRAIS
242 HIDRELÉTRICAS: não houve mudanças no mecanismo de cobrança, entretanto, foi introduzido
243 um parágrafo mencionando que “a implementação efetiva da cobrança dependerá de ato normativo
244 da autoridade federal competente relativa às questões advindas do pagamento pelo uso de recursos
245 hídricos para geração hidrelétrica, por meio de PCH's”. O entendimento da ANA é que os fatos
246 geradores da compensação financeira e da cobrança pelo uso da água são diferentes, e assim, a
247 isenção no primeiro não causa isenção no segundo. O processo encontra-se na AGU e há um
248 decreto nesse sentido em tramitação no governo, entretanto, enquanto não emitido o ato normativo,
249 a cobrança sobre as PCH's continuará suspensa. Em todas as equações de cobrança, foi inserido um
250 coeficiente multiplicador denominado $K_{gestão}$, que assumirá valor zero se o governo federal
251 contingenciar os recursos da fonte 116, ou ainda, se houver descumprimento do contrato de gestão
252 assinado entre a ANA e a AGEVAP. Sendo assim, nesses casos, a cobrança pelo uso de recursos
253 hídricos na bacia seriam suspensos. Quanto a operacionalização da cobrança, o Sr. Patrick Thomas
254 informou que os valores de cobrança continuarão a serem calculados anualmente e que os
255 pagamentos continuarão divididos em doze parcelas. A multa por atraso permanece de 2% mais os
256 juros SELIC. A regularização de débito poderá ser feito em até 40 parcelas e o valor mínimo de
257 cada parcela será de R\$50,00, inferior ao definido na metodologia em vigor, onde a parcela mínima
258 era de R\$1.000,00. O Sr. Patrick Thomas passou então a apresentar o mecanismo diferenciado de
259 pagamento deliberado pelo CEIVAP (Deliberação nº 70/06). Citou que, de acordo com o §2º do art.
260 7º da Resolução CNRH nº 48, este mecanismo objetiva incentivar a realização de obras que
261 melhorem a quantidade e a qualidade da água na bacia, pois o investimento realizado poderá ser
262 convertido em pagamento pelo uso de recursos hídricos. Lembrou que o CEIVAP aprovará as obras
263 contempladas observando as prioridades do plano de bacia. O desconto tem como limitante geral o
264 valor máximo correspondente a 15% do valor arrecadado na bacia e limitante específico equivalente
265 a 50% do total que é pago pelo usuário beneficiado. Sua opinião é de que este mecanismo
266 promoverá a aplicação direta dos recursos na bacia sem que estes tramitem pelo orçamento da
267 União. VALORES: O Sr. Patrick Thomas mencionou que, na metodologia em vigor, há um Preço
268 Público Unitário - PPU para cada setor usuário (saneamento/indústria; mineração de areia;
269 agropecuária; aquicultura) e que na nova metodologia propõe-se diferenciar os PPU's entre uso de
270 captação, consumo, e lançamento, e assim as equações de cobrança foram reformuladas. Dado a

271 fragilidade econômica do setor agropecuário, a nova metodologia estabelece um coeficiente K_{agropec}
272 aplicado sobre a cobrança de captação e consumo deste setor. Por ora, este coeficiente será
273 equivante a 0,05, porém deverá ser estudado nos próximos três anos K_{agropec} por cultura/tecnologia
274 com intuito de penalizar maus irrigantes. CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS USUÁRIOS: O
275 Sr. Patrick Thomas apresentou o impacto da cobrança sobre os diferentes setores usuários. Em
276 média, o acréscimo em relação ao valor pago atualmente é de 5,3% para o setor saneamento, 0,1%
277 para o setor industrial e 116% para o setor agropecuário. Embora pouco impactada em termos
278 relativos, o incremento de arrecadação do setor industrial será significativo. Por sua vez, apesar do
279 alto impacto em termos relativos, o setor agropecuário terá pequeno acréscimo em termos
280 absolutos. Segundo ele, os impactos são de fácil assimilação. A Sra. Maria Aparecida Vargas
281 lembrou que todos setores participaram de toda discussão no âmbito do CEIVAP e referendaram os
282 mecanismos e valores de cobrança que foram apresentados pelo Sr. Patrick Thomas.

283 ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CNRH nº 48: Por fim, o Sr. Patrick Thomas afirmou que os
284 mecanismos e valores de cobrança propostos pelo CEIVAP, através das Deliberações nº 65/06 e
285 70/06, são adequados e estão dentro da capacidade de pagamento dos usuários. Os condicionantes
286 da cobrança definidos na Resolução CNRH nº 48 são etapas vencidas, com exceção daquela
287 referente à aprovação do CNRH. Sendo assim, a ANA recomenda a sua adoção. Aberto as
288 discussões, o Sr. Eliseu Ayabe, representante do CERH-SP, apontou que as deliberações do
289 CEIVAP não faziam referência de que os mecanismos e valores propostos seriam para aplicação tão
290 somente nos rios de domínio da União da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e solicitou a sua
291 inclusão. O Sr. Patrick Thomas, referindo-se a harmonia de critérios de cobrança na bacia do Rio
292 Paraíba do Sul, mencionou que Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - SP ou
293 “Comitê Paulista” - CBH-PS aprovou mecanismos e valores de cobrança iguais aos propostos pelo
294 CEIVAP. A Sra. Maria Aparecida Vargas acrescentou que as deliberações do CEIVAP foram
295 encaminhadas para os CERH de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e que cada Conselho define a
296 melhor forma de cobrança no âmbito de suas competências. O Sr. Rodrigo Speziali esclareceu que a
297 CTCOB não tinha competência de alterar as deliberações do CEIVAP, e também que os
298 mecanismos e valores estavam sendo analisados no âmbito do CNRH, e sendo assim, sua aplicação
299 limitava aos rios de domínio da União. A opinião da Sra. Patrícia Boson é que o CEIVAP delibera
300 para toda bacia e não somente para a calha do rio. Após consulta aos representantes, o Presidente da
301 CTCOB descartou retornar as deliberações ao CEIVAP, e seguindo sugestão da Sra. Patrícia Boson,
302 sugeriu que na proposta de resolução a ser encaminhada ao CNRH, via CTIL, aprovando os novos
303 valores e mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio
304 Paraíba do Sul, fosse redigido um artigo mencionando que sua aplicação era sobre os recursos
305 hídricos de domínio da União. O Sr. Eliseu Ayabe foi consultado e se posicionou contra as
306 deliberações do CEIVAP, mantendo a posição de que nelas deveria estar incluso que sua aplicação
307 era somente nos rios de domínio da União. Reconheceu, entretanto, que era voto vencido. Passou-se
308 então a discussão da proposta de resolução a ser encaminhada à CTIL cuja versão final encontra-se
309 no Anexo IV desta Ata. Sendo informados de que na pauta da próxima reunião Plenária do CNRH
310 não constava a apreciação dessa matéria, os representantes da CTCOB acataram a sugestão do Sr.
311 Rodrigo Speziali de providenciar um requerimento de urgência, que, conforme regimento interno do
312 CNRH, deveria ser subscrito por um mínimo de dez Conselheiros e encaminhado à Secretaria
313 Executiva do CNRH com no mínimo cinco dias úteis de antecedência. A reunião foi interrompida
314 às 13h30, sendo os trabalhos retomados às 14h30, quando a Sra. Patrícia Boson informou que no
315 dia 28 de novembro de 2006, após às 18h00, na ANA, o IBRAM e a ANA lançarão o livro “Gestão
316 de Recursos Hídricos e a Mineração”. Por sua vez, o Sr. Francisco Lahoz informou que está
317 disponível a minuta do Relatório de Atividades 2006 da Agência de Águas PCJ. Aproveitando a
318 oportunidade, o Sr. Rodrigo Speziali convidou a AGEVAP e a Agência PCJ para, na primeira
319 reunião da CTCOB no ano de 2007, apresentarem o balanço de atividades das agências, os
320 indicadores do contrato de gestão com a ANA e as ações realizadas com os recursos da cobrança.

321 **Item 5 - Continuidade da análise de proposta de Resolução que regulamenta o Parágrafo 4º do**
322 **art. 21 da Lei nº 9.984 - Prioridades para aplicação dos recursos da cobrança:** O Sr. Rodrigo
323 Speziali resgatou que, há um ano, a CTCOB vinha analisando uma proposta de resolução que
324 estabelecia “as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, os

325 mecanismos, critérios e indicadores para o acompanhamento do processo de implementação da
326 cobrança pelo uso da água”. Informou que a Sra. Patrícia Boson encaminhou a Secretaria Executiva
327 do CNRH considerações sobre esta proposta e um substitutivo que dividia a proposta inicial em
328 duas: i) uma resolução para “estabelecer as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da
329 cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648/98”, e ii) outra
330 resolução para “estabelecer os mecanismos, critérios e indicadores para o acompanhamento do
331 processo de implementação da cobrança pelo uso da água”. Com base na nota técnica de autoria da
332 Sra. Maria Werneck, advogada da Confederação Nacional das Indústrias a CNI, a Sra. Patrícia
333 Boson argumentou que a proposta que estava em discussão continha três equívocos: i) extrapolava
334 os recursos da cobrança da fonte 134; ii) misturava prioridades com indicadores; e iii) apresentava
335 ilegalidades ao interferir no poder discricionário da ANA em definir seu orçamento e dos CERH's
336 em aplicar os recursos. Solicitou então, o reinício das discussões a partir das minutas de resolução
337 por ela encaminhado. Concordando com a pertinência da divisão proposta pela Sra. Patrícia Boson,
338 a ANA-SRH/MMA, através de seus representantes na CTCOB, apresentaram uma terceira
339 alternativa de resolução para “estabelecer as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da
340 cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648/98”. Segundo o Sr.
341 Patrick Thomas, a principal diferença em relação a proposta da Sra. Patrícia Boson estava no
342 formulário de consulta de prioridades de aplicação aos comitês de bacia de rios de domínio da
343 União e aos CERH's, vinculando-as aos programas e sub-programas do PNRH. O Sr. Rodrigo
344 Speziali acrescentou que a proposta apresentada pela ANA-SRH/MMA limitava aos recursos da
345 fonte 134, vinculava as prioridades de aplicação dos recursos ao estabelecido no PNRH e contribuía
346 para articulação das políticas públicas. Com este conhecimento e considerando pertinente a
347 proposta da ANA-SRH/MMA, a Sra. Patrícia Boson passou a apoiá-la. Por consenso, a CTCOB
348 reiniciou as discussões sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança
349 pelo uso da água, referidos no inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648/98, a partir da proposta da
350 ANA-SRH/MMA. Inicialmente, a Sra. Patrícia Boson defendeu que a definição das prioridades
351 deveria apontar, além das ações, o percentual de aplicação dos recursos em cada ação e a região
352 hidrográfica contemplada. Entretanto, a partir de argumentações de outros representantes sobre a
353 dificuldade em efetivar esse propósito, a Sra. Patrícia Boson declinou dessa intensão. A discussão da
354 proposta de resolução avançou até o art. 4º (ver Anexo V desta Ata), quando, devido o adiantado da
355 hora, foram encerradas, devendo sua continuidade ser dada na próxima reunião da CTCOB. **Item 6**
356 *- Assuntos Gerais - Encerramento:* O Presidente da CTCOB agendou a próxima reunião para o dia
357 08 de dezembro de 2006, em Brasília. Propôs como itens de pauta a conclusão do Plano de
358 Trabalho da CTCOB 2007 e a continuidade da análise da proposta de resolução sobre as prioridades
359 para aplicação dos recursos da cobrança. Agradeceu a todos, e nada mais sendo tratado, a reunião
360 foi encerrada às 16h30 e segue assinada pelo Presidente e pelo Relator.

361
362 Ata aprovada na 46ª Reunião da CTCOB, realizada em 08 de dezembro de 2006.

363
364 Rodrigo Speziali de Carvalho
365 Presidente

Marco Antônio Amorim
Relator Substituto